

EXPANSÃO DA CADEIA PRODUTIVA DO LEITE E SEU POTENCIAL DE IMPACTO NO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO NOROESTE RIO-GRANDENSE

Área Temática: Localização e distribuição regional do desenvolvimento

Guilherme Gadonski de Lima: Estudante do Curso de Ciências Econômicas da UNIJUI – Bolsista PET/UNIJUI. guilherme.gadonski@unijui.edu.br Rua do comércio nº3000 Bairro Universitário. Ijuí- RS.

Emerson Juliano Lucca: Professor, Economista responsável pelo Laboratório de Economia Aplicada da UNIJUI e Mestre em Desenvolvimento pela UNIJUI. emerson.lucca@unijui.edu.br Rua do comércio nº3000 Bairro Universitário. Ijuí- RS.

Dilson Trennepohl: Professor do Departamento de Economia e Contabilidade da UNIJUI – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, e Doutor em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). E-mail: dilson@unijui.edu.br Rua do comércio nº3000 Bairro Universitário. Ijuí- RS.

Resumo

O leite é produzido no Rio Grande do Sul desde a ocupação do território e da introdução do gado bovino. No entanto, apenas com a chegada dos imigrantes no século XIX e o povoamento mais denso do Estado, o leite tornou-se um importante componente do consumo das populações. O desenvolvimento da atividade como forma de comércio se dá com o crescimento dos centros urbanos, motivando a exploração intensiva do gado leiteiro com aprimoramento, sendo que os primeiros sinais de organização da atividade datam de 1936. Para tanto, constatou-se que a Região Noroeste do Rio Grande do Sul apresenta vantagens absolutas e comparativas com relação ao restante do Estado na produção leiteira, sendo responsável por cerca de 60% da produção do leite gaúcho. Esta expressiva geração de produto vem a representar uma considerável distribuição de renda, com uma velocidade de circulação do capital bastante preponderante no concernente ao desenvolvimento local. Para além de uma demanda crescente por leite e seus derivados, incitando então a realização de uma pesquisa quanto às perspectivas e conseqüências do desenvolvimento da pecuária leiteira na referida região, para tal foram utilizados dados agregados provenientes de instituições governamentais, sendo estes tratados e interpretados a luz da teoria econômica.

Palavras-chave: Desenvolvimento; Pecuária Leiteira; Noroeste do Rio Grande do Sul.

1. Introdução

Na trajetória de desenvolvimento da região noroeste do Rio Grande do Sul podem ser identificados diversos problemas e a necessidade de aprofundar a reflexão sobre a realidade regional para compreender melhor sua dinâmica. Os estudos realizados nesse sentido fazem constatações relativas ao baixo desempenho da região na geração de riquezas, a falta de

oportunidades de trabalho e aos diversos indicadores sociais de desenvolvimento em comparação com outras regiões, cujas razões precisam ser estudadas com profundidade.

Para realizar um estudo na perspectiva de explicitar o processo de desenvolvimento regional e de contribuir na identificação de causas ou de fatores críticos que promovem ou impedem o desenvolvimento socioeconômico é necessário um referencial teórico apropriado. Além de possibilitar uma análise consistente da realidade da região, a base teórica utilizada precisa contribuir para a identificação de possíveis ações de intervenção das políticas públicas e do planejamento estratégico dos agentes econômicos, bem como de seus resultados potenciais. Dentre as várias possibilidades, optou-se pela utilização do referencial elaborado por Douglass North na década de 1950 e que se tornou conhecido no contexto acadêmico como a Teoria da Base Exportadora.

Um esforço preliminar de leitura da realidade regional na perspectiva teórica de North permite perceber que desde o início da ocupação do território regional por portugueses e espanhóis (séculos XVII a XIX), os interesses definidores do processo de desenvolvimento estão relacionados com a demanda originária dos mercados externos à região. No caminho dos tropeiros, caçadores de escravos e mulas para o trabalho nas minas do centro do país e, posteriormente, de gado bovino para atender ao mercado paulista, surgiram as estâncias de criação de gado e as primeiras freguesias (povoados). Os caboclos adentraram as densas matas da região em busca da erva-mate, mercadoria com ampla demanda na região do prata, abrindo picadas para escoar a produção e clareiras para fixar suas moradias.

Mais tarde, no processo de colonização por imigrantes europeus e seus descendentes, a lógica de mercado estava incorporada no modelo estratégico. A compra dos lotes e seu pagamento em parcelas anuais determinaram a necessidade básica de obtenção de renda monetária através da venda de seus produtos para mercados externos à região. Foi preciso muito esforço dos colonos em busca de alternativas de produção viáveis em termos de mercado, diante das enormes dificuldades de acesso e dos altos custos de transferência para alcançar os centros consumidores. A fartura da oferta local e as dificuldades de transporte praticamente descartaram a madeira do rol de possibilidades, embora tenha contribuído para o surgimento das serrarias. Produtos perecíveis tinham poucas chances de viabilização pelo tempo necessário para vencer as distâncias. As alternativas que mostraram maior potencial foram os derivados da pecuária colonial, como a manteiga, o queijo, o salame e a banha de porco, bem como a produção de cereais, como o trigo, a cevada, o centeio e o milho. O acesso à ferrovia exerceu um papel decisivo para a viabilização da produção colonial e para o desenvolvimento dos locais mais próximos aos pontos de conexão.

Com o processo de modernização da agropecuária, a região recebeu estímulos para o desenvolvimento de sua produção integrando-se ao mercado internacional. Inicialmente, o trigo foi considerado como o carro-chefe para o qual foram canalizados esforços e investimentos públicos e privados. Em 1957, foram criadas dezenas de cooperativas tritícolas com a missão de constituir uma vasta infraestrutura de armazenagem, transporte, comercialização, crédito rural e assistência técnica. Posteriormente, toda a estrutura criada foi redirecionada para a soja, cujo desenvolvimento foi decisivo para definir as características atuais da região.

O desenvolvimento de outras atividades agropecuárias, como a pecuária leiteira, a suinocultura e a avicultura, em novo patamar tecnológico, constituem um processo de diversificação da base exportadora, reiteradamente proposto pelas lideranças políticas, mas implementado apenas parcialmente. No âmbito industrial, desenvolveu-se um amplo setor da indústria metalmeccânica, especialmente focada na produção de máquinas e equipamentos agrícolas, silos, armazéns e secadores de grãos, equipamentos e utensílios para agroindústrias, etc., cujo mercado principal já extrapolou a região há algum tempo. Também podem ser identificadas, facilmente, atividades subsidiárias aos setores de exportação, serviços bancários, de transporte, fornecimento de insumos, etc., cujo desenvolvimento contribuiu para reforçar as condições de competitividade dos mesmos, mas também na ampliação das oportunidades de geração de emprego e renda.

Por fim podem ser apontadas as atividades voltadas a atender o consumo local ou doméstico da região. São atividades que procuram produzir na região aqueles bens e serviços demandados pela população local ao invés de importá-los. Neste conjunto podem ser elencados os produtos hortigranjeiros, as indústrias de calçados e vestuário, a construção civil, bem como os serviços de saúde, de educação, de esporte, lazer e recreação, de assistência social, de segurança e de assistência técnica em geral.

Embora o desenvolvimento seja um processo complexo, dinâmico e multifacetado, as determinações econômicas são uma parte essencial desse conjunto, de forma que buscar um melhor entendimento sobre as potencialidades e os limites existentes para a viabilização das atividades econômicas constitui um elo fundamental na construção de propostas para o desenvolvimento de uma região.

O exame mais detalhado das diversas atividades econômicas existentes, especialmente das potencialidades que elas representam, poderá fornecer elementos importantes para o estabelecimento de estratégias de desenvolvimento para a região. A utilização de uma perspectiva teórica diferenciada na abordagem do desenvolvimento da região noroeste poderá

representar maior consistência da análise e alguma originalidade nas proposições. A reflexão sobre a trajetória histórica do desenvolvimento regional é fundamental para identificar os problemas recorrentes, valorizar as experiências vivenciadas e sintonizar as proposições do estudo com as articulações políticas existentes.

Em tais circunstâncias foram definidos os objetivos deste capítulo, buscando avaliar o potencial de contribuição da cadeia produtiva do leite, enquanto base exportadora alternativa, para o desenvolvimento da Região Noroeste Rio-Grandense. Para tanto, foi necessário analisar o processo de expansão da produção regional e as características da cadeia que permitem identificar suas potencialidades e os possíveis impactos de sua consolidação para o desenvolvimento socioeconômico da região. Dessa forma foi possível observar a adequação e a consistência do modelo teórico de Douglass North enquanto referência explicativa do processo histórico-empírico de desenvolvimento desta região.

O estudo foi realizado em cinco momentos distintos e complementares. O primeiro constitui-se num esforço de análise teórico-histórica sobre a trajetória de desenvolvimento da cadeia produtiva do leite no Rio Grande do Sul e sua expansão recente na região noroeste. O segundo momento foi dedicado à análise das perspectivas de mercado para o leite e seus derivados, em nível mundial e nacional, visando identificar as possibilidades de atendimento da demanda externa à região. No terceiro momento são analisadas as principais características da cadeia produtiva do leite na região com o objetivo de explicitar suas possibilidades de expansão futura e os prováveis efeitos desta expansão no desenvolvimento regional. O quarto momento constitui-se num esforço de sistematização em que são apontadas alternativas estratégicas de ação para impulsionar o desenvolvimento da cadeia do leite na região e gerar impactos positivos nas condições socioeconômicas locais. Por fim, são apresentadas as Considerações Finais relativas ao potencial de impacto no desenvolvimento regional que representa a expansão da cadeia produtiva do leite e as Referências Bibliográficas utilizadas no estudo.

2. Trajetória histórica da pecuária leiteira

O leite é produzido no Rio Grande do Sul desde a época da ocupação do território e da introdução do gado bovino no Estado. Porém com pouca importância econômica, pois era considerado um subproduto de uso restrito e quase nenhum valor de mercado, em comparação com o couro, o sebo, a carne e os chifres fornecidos pela pecuária extensiva que predominava nos campos. Os poucos interessados em tirar o leite das vacas visavam atender ao consumo doméstico, especialmente das crianças, pois tinha pouca participação na dieta dos gaúchos.

Com a chegada dos imigrantes no século XIX (alemães, italianos, poloneses, austríacos, etc.) e o povoamento mais denso do Estado, o leite tornou-se um importante componente do consumo das populações. Na dinâmica produtiva das regiões coloniais a criação de animais visava o fornecimento de força de tração (animais de trabalho) e de alimentos (banha, carne, leite e derivados) em rebanhos conjugados. O leite passou a ser consumido em maior quantidade, seja "in natura" ou em forma de derivados (nata, queijo, manteiga, cremes, etc.) de fabricação caseira, mas ainda com característica de atividade pouco especializada, conjugada a uma dinâmica de produção para consumo local.

O crescimento dos centros urbanos representou a formação de um mercado consumidor importante e motivou a exploração intensiva do gado leiteiro com aprimoramento dos plantéis, principalmente nas proximidades de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande. O abastecimento das cidades era feito pelos próprios produtores, que transportavam o leite cru diretamente dos locais de produção às casas dos consumidores. Para vencer as distâncias e as dificuldades de conservação surgiram pequenas unidades de processamento para a produção de derivados menos perecíveis, em especial a manteiga e o queijo. (CEDIC, 1974, p.14).

Os primeiros sinais de organização da atividade datam de 1936, com a fundação da Associação dos Criadores de Gado Holandês do Rio Grande do Sul, seguida pela construção do chamado "Entrepasto de Leite", através do governo estadual, em 1937. O "Entrepasto de Leite", cuja exploração foi entregue à Sociedade Anônima Beneficiadora de Leite (SABEL), permitiu à população da capital consumir o leite pasteurizado, com reflexos imediatos no incremento do volume de produção e consumo do produto.

A SABEL instalou postos de coleta em vários municípios próximos a região metropolitana de Porto Alegre e uma rede de desnatadeiras com objetivo de aproveitar a produção dos municípios um pouco mais distantes da capital. Em 1947, novos postos de coleta e resfriamento foram instalados, com o objetivo de atingir todo o Estado. O Governo encampou a SABEL e criou o Departamento Estadual de Abastecimento de Leite (DEAL), autarquia vinculada a Secretaria da Agricultura para atuar na área de laticínios. (CEDIC, 1974).

A partir de 1960, com o surgimento de novas empresas de caráter local ou regional, a ampliação e a modernização das plantas industriais, a cadeia produtiva do leite no Estado passou por sensíveis transformações em sua estrutura. Estimuladas pela demanda crescente e a boa rentabilidade, as empresas industriais decidiram investir no apoio e organização da produção leiteira, através da criação ou ampliação de quadros técnicos para prestar

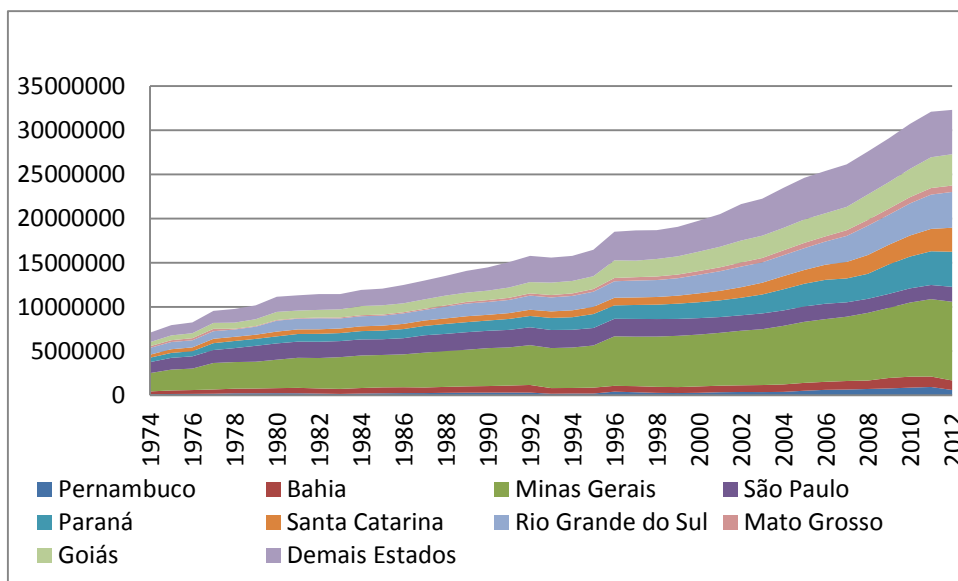
assistência, do pagamento de um "preço-estímulo" em virtude do volume e da qualidade do produto, de financiamentos aos produtores, entre outras iniciativas.

"A conquista de novos fornecedores levou as empresas a uma fase de grande competição mútua, fato inusitado nas bacias leiteiras do Estado. Assim, a partir da década de 1960, presenciou-se uma notável alteração no relacionamento das indústrias com os produtores. Estas, que se mantinham praticamente indiferentes aos produtores, aliaram-se a eles. Temendo um colapso no setor de produção, as indústrias tomaram a iniciativa de sugerir aumentos de preço para o produto ao que, anteriormente, faziam oposição sistemática. A necessidade de obter produções condizentes com a capacidade de beneficiamento de suas empresas, ora ampliadas, foi o fator fundamental que justifica essa mudança de posicionamento". (CEDIC, 1974, p. 56).

Em 1970 o governo estadual criou a Companhia Rio-Grandense de Laticínios e Correlatos (CORLAC), empresa de economia mista, para assumir a estrutura e as atividades do DEAL. As instalações foram ampliadas e modernizadas e a linha de produção foi diversificada.

Outra grande alteração na cadeia ocorreu em 1976 com a estruturação da Cooperativa Central Gaúcha de Leite (CCGL). Criada por cooperativas singulares, que se responsabilizavam pela organização e coleta da produção de seus associados, a CCGL é uma cooperativa de 2º grau, especializada em laticínios (suas associadas fundadoras foram principalmente às cooperativas tritícolas do noroeste rio-grandense). Inicialmente tratou de dar vazão a uma produção existente nas áreas de atuação das cooperativas associadas, através do beneficiamento simples (pasteurização) e da colocação da produção nos principais mercados consumidores. Rapidamente estruturou-se para realizar a transformação do leite em derivados mais nobres e rentáveis e passou a fomentar a melhoria da produção de seus fornecedores em qualidade e quantidade. Sua fatia no mercado cresceu rapidamente e em pouco mais de 10 anos de funcionamento já era responsável pela metade do leite coletado Sob Inspeção Federal no Estado. Desta forma pode-se identificar no gráfico 01 o aumento da produção de leite no Brasil e nos principais estados produtores de leite.

Gráfico 01: Produção de Leite no Brasil e os Principais Estados Produtores, em mil litros anuais.



Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal

Uma grave crise financeira das cooperativas tritícolas provocou uma interrupção neste processo na década de 1990. Endividadas, as cooperativas tritícolas associadas optaram por vender parte de seu patrimônio para saldar compromissos financeiros e a escolha recaiu sobre a estrutura produtiva do leite. Todas as plantas industriais foram vendidas para o Grupo Avipal, bem como o controle sobre as bacias produtoras. A CCGL assumiu também o compromisso de não operar no mercado de laticínios pelo período de 10 anos (1998 a 2008).

Ao focalizar o período posterior a 1960 é possível perceber no gráfico 01 transformações importantes na atividade. O volume do leite produzido cresceu de 381 milhões de litros, em 1960, para 815 milhões em 1975, para 1,8 bilhões de litros, em 1996, para 2,7 bilhões de litros, em 2006 e para 3,9 bilhões de litros em 2011, no Estado. Houve uma melhora significativa no rendimento do rebanho que superou os 1.000 litros/vaca/ano ainda na década de 1980, os 1.500 litros/vaca/ano durante a década de 1990 e os 2.000 litros/vaca/ano nos primeiros anos do século XXI.

Sob a orientação e estímulo das indústrias de laticínios a produção leiteira do Estado avançou passos importantes em direção a sua modernização. A inseminação artificial, a ordenha mecânica e as pastagens artificiais são exemplos de práticas cada vez mais difundidas, que na década de 60 eram apenas possibilidades restritas a poucos produtores. O grande desafio da atividade continua sendo uma maior profissionalização dos produtores e o aumento da escala de produção das unidades agrícolas, com vistas ao aumento do rendimento por animal, por área utilizada e por estabelecimento, com reflexos na redução dos custos e na produtividade do trabalho. A concorrência no mercado internacional e o poder de

competitividade dos produtores uruguaios e argentinos (cujo grande diferencial de competitividade está associado a uma escala de produção muito maior que a brasileira) podem ameaçar seriamente a rentabilidade de setor, caso não ocorram avanços importantes nesses aspectos.

O centro estratégico da pecuária leiteira é o setor industrial, que se responsabiliza pela organização da coleta do leite, recebimento, beneficiamento e transformação em produtos finais adequados ao consumo e pela distribuição dos mesmos aos locais de venda nos grandes mercados consumidores. Dados de 1989 mostravam a existência de 16 empresas atuando no setor leiteiro do Rio Grande do Sul, com 59 postos de recepção e resfriamento, 22 usinas de beneficiamento e 8 fábricas de laticínios. Também apontavam para uma grande concentração, na qual apenas 3 empresas - CCGL (59,2%), CORLAC (14,1%) e LACESA (12,8%) – respondiam por 86% do total de leite entregue às indústrias SIF do Estado. (Carvalho, 2000).

Entretanto, durante os anos 1990 ocorreu uma intensa mudança na estrutura da economia brasileira, repercutindo em modificações na estrutura do parque industrial brasileiro. Resultantes, especialmente, da intensificação dos fluxos de capitais estrangeiros tais transformações estabeleceram mudanças no âmbito da concorrência e novas formas de atuação dos agentes integrantes do complexo agroindustrial de laticínios provocando uma intensa mudança patrimonial na estrutura dessa indústria.

O ponto de partida dessas mudanças foi o fim do controle estatal do mercado, através do tabelamento dos preços, que vigorou entre 1945 e 1991. Essa mudança na política do governo federal serviu como incentivo à entrada de novos capitais na atividade atraídos pelo potencial de rentabilidade do leite e derivados e de estímulo à criação de novos produtos, com maior valor agregado, para disputar um mercado liberado para a concorrência. A liberalização dos preços abriu a possibilidade para as empresas adotarem pagamentos diferenciados aos produtores em conformidade com as características de qualidade e volume do leite.

Outra modificação diz respeito às importações, até então realizadas por organismos estatais, que passam a ser realizadas pela iniciativa privada, na maioria das vezes por braços operacionais da agroindústria produtora, ou diretamente pelo setor varejista. A transferência dessa atividade fez com que o objetivo principal da operação fosse à busca de diferenciais de preços e/ou complementação das linhas de produção brasileiras, verificando-se até em alguns momentos a prática de concorrência predatória. Anteriormente as questões cotejadas estavam relacionadas ao custo de vida e as operações davam-se principalmente no período de entressafra e o governo agia de forma a atuar como um regulador do mercado. A extinção de tarifas diferenciadas entre os países do MERCOSUL representou o surgimento de problemas,

especialmente para o Rio Grande do Sul, devido à proximidade física com o Uruguai e a Argentina, cuja indústria apresentava produtos mais competitivos do que os produzidos no território brasileiro.

Associado a essas mudanças ocorre o processo de transformação do leite fluido em *commodity*, decorrência da adoção do processo de esterilização do leite (UHT) que possibilita um aumento na vida útil do produto. A alta perecibilidade do leite limitava a abrangência das plantas industriais e possibilitava a existência de pequenos laticínios de caráter regional. As grandes empresas atuavam com produtos mais elaborados, atendendo demandas mais gerais, enquanto as pequenas empresas ocupavam os espaços locais com a produção do leite fluído. A modificação mais expressiva foi a passagem de um mercado de abrangência local ou regional para um mercado nacional. Essa transformação do âmbito do mercado só foi possível devido à disseminação da produção do leite tipo Longa Vida (UHT). O leite UHT utiliza a mesma matéria-prima utilizada pela produção do leite pasteurizado, mas apresenta uma durabilidade de até 6 meses, enquanto o leite pasteurizado precisa ser consumido em 3 ou 4 dias, no máximo. Os custos de transferência do novo produto são muito menores pois não necessita de refrigeração, nem de entregas diárias em pequenas quantidades, como ocorre com o leite pasteurizado. Os consumidores preferem o leite UHT devido às facilidades de manuseio, estocagem e a maior durabilidade.

A multinacional italiana Parmalat que adquiriu 22 plantas industriais pertencentes a empresas de capital nacional e com atuação regionalizada, no período 1989-1999, foi a principal responsável pelas transformações patrimoniais do setor. Também a Nestlé, que nesse mesmo período comprou 8 plantas industriais, contribuiu para o aumento da participação das empresas multinacionais no setor (CARVALHO, 2000). Além das empresas que já possuíam atividades com laticínios no país e ampliaram seus investimentos, novas empresas multinacionais instalaram-se no Brasil e empresas de outros setores ingressaram no setor, como é o caso da Brasil Foods (BRF). No caso do Rio Grande do Sul, a CCGL voltou a operar no mercado e está fazendo investimentos em novas plantas industriais destinadas, especialmente, à produção de leite em pó e outros derivados direcionados ao mercado internacional.

O ritmo de expansão da produção e a acirrada concorrência das indústrias pelo leite contribuíram para acelerar os investimentos em novas plantas industriais na região noroeste rio-grandense. Novas empresas, assim como falências, fusões e aquisições de plantas industriais são características de uma cadeia produtiva em rápida expansão.

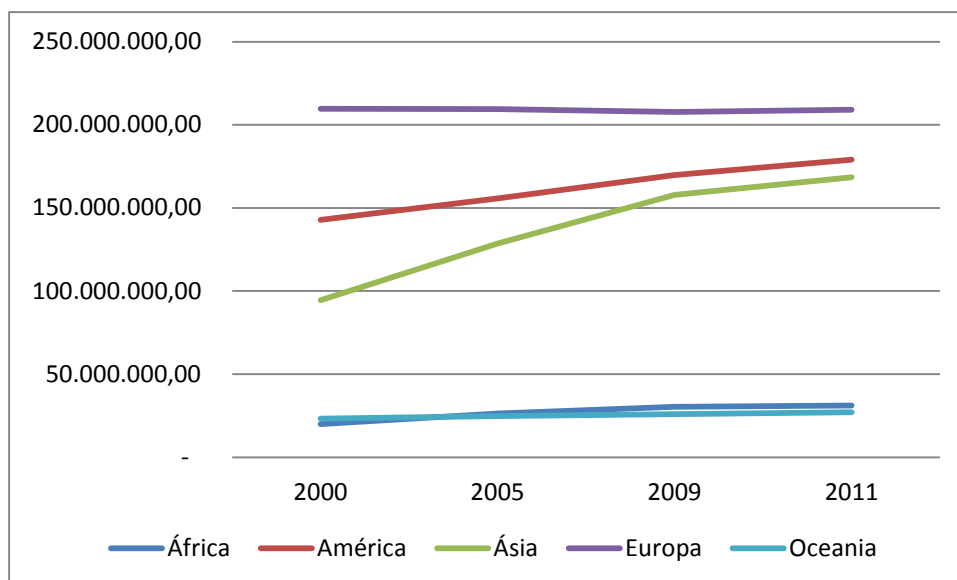
3. Perspectivas de mercado do leite

O leite, incluindo seus derivados, é um produto largamente utilizado na alimentação humana. São grandes os volumes mundiais produzidos e consumidos anualmente, mas em condições muito heterogêneas. Países ou regiões em que a produção é altamente desenvolvida e o consumo generalizado entre a população contrastam com regiões e países em que a produção é pouco expressiva e o consumo per capita muito aquém das recomendações de alimentação e saúde básicas. Tais características configuram um quadro bastante específico e permitem visualizar algumas perspectivas para o mercado. É cada vez maior a participação do leite e seus derivados na dieta das famílias, tanto em países desenvolvidos quanto nos subdesenvolvidos, pois além de ser uma excelente fonte nutricional e largamente recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), é também um hábito cultural. No entanto seu consumo per capita está muito aquém do recomendado pela OMS, 175 litros ao ano.

O leite fluido representa mais de 70% do total produzido e consumido no mundo, 439,56 milhões de toneladas no ano de 2000, elevando-se para 544,13 milhões em 2012, o que representa um acréscimo de 23,79% em 12 anos. No mesmo período a produção de seus derivados apresentou o seguinte crescimento, manteiga 5,43 para 8,40 milhões (alta de 52,12%), queijo 12,65 para 17,24 milhões (36,30%), leite em pó integral 2,95 para 4,46 milhões (51,45%), leite em pó desnatado 3,43 para 3,98 milhões (16%), (USDA, 2013). Dada a produção destes, descontadas as perdas durante os processos de transporte e industrialização, o que representa em média 2% ao ano, o consumo acompanha os números da oferta, visto que só há produção se existir demanda para tal.

Do total de leite produzido em 2000, em torno de 84,64% é proveniente de vaca, 11,48% de búfala, 2,21% de cabra, 1,41% de ovelha e 0,25% de camelo, conforme dados da (FAO, 2013). Números que em 2011 modificaram-se pouco, representando uma leve redução no leite de vaca (83,12%) e de ovelha (1,32%), no entanto há um aumento no de búfala (12,96%), cabra (2,31%) e de camelo (0,29%). O continente onde ocorre a maior produção de leite de vaca é a Europa, seguida pela América, Ásia, África e Oceania, sendo que a produção europeia demonstrou uma considerável queda percentualmente no total, de 2000 a 2011, conforme gráfico 02 contrariamente a Ásia que apresentou um substancial ganho, enquanto os demais continentes mantiveram suas produções estáveis. Este fato decorre da estagnação dos números absolutos do primeiro continente citado, enquanto os demais obtiveram elevações em suas produções.

Gráfico 02: Produção de Leite de Vaca por Continente, em Toneladas.



Fonte: FAO

O comportamento do consumo e da produção de leite parece estar sendo definido por circunstâncias do mercado interno dos diversos países. As condições particulares dos múltiplos países são muito diferenciadas, combinando elementos da estrutura produtiva, dos níveis de renda da população, dos hábitos de consumo e das políticas públicas, especialmente dos elevados subsídios à atividade garantidos por alguns países. Na tabela 01 pode-se identificar a produção de leite de vaca por países em toneladas nos anos 2000, 2005 e 2011.

Tabela 01: Produção de Leite de Vaca por Países Selecionados, em Toneladas.

País	2000	%	2005	%	2011	%
Argentina	10.121.330	2,07	9.908.941	1,82	11.206.000	1,82
Austrália	10.847.000	2,21	10.127.000	1,86	9.101.000	1,48
Brasil	20.379.988	4,16	25.384.106	4,66	32.096.214	5,22
Canadá	8.161.000	1,67	7.806.000	1,43	8.400.000	1,37
China	8.274.000	1,69	27.533.700	5,05	36.578.000	5,95
Índia	32.967.000	6,73	39.759.000	7,29	57.400.000	9,34
Itália	12.309.400	2,51	11.012.957	2,02	10.479.053	1,71
Japão	8.497.000	1,73	8.285.215	1,52	7.474.309	1,22
México	9.311.444	1,90	9.868.301	1,81	10.724.288	1,74
Nova Zelândia	12.235.392	2,50	14.637.894	2,69	17.893.848	2,91
Rússia	31.959.246	6,52	30.892.639	5,67	31.385.732	5,11
Ucrânia	12.436.000	2,54	13.423.753	2,46	10.804.000	1,76
EUA	76.023.000	15,51	80.254.467	14,72	89.015.235	14,48
Total Mundial	490.079.933	100	545.085.996	100	614.578.723	100

Fonte: FAO

Neste sentido, podem ser identificados três conjuntos de países que apresentam situações específicas de produção e consumo semelhantes:

A) O primeiro grupo é constituído por Países com altos patamares de produção e consumo, compreendendo os Estados Unidos e o Canadá, na América, grande parte da Europa, especialmente, a União Europeia e a Oceania, com a Austrália e a Nova Zelândia. Nestes países o consumo per capita já alcançou, há mais de uma década, níveis próximos a 250 Kg/pessoa/ano (considerando todos os derivados em equivalente ao leite fluido) e a produção possui uma estrutura altamente desenvolvida tecnologicamente. Juntos, representam cerca de 40% dos volumes mundiais de produção e consumo, constituindo-se em referência de preços e padrões de qualidade para os demais países.

O consumo de produtos lácteos nestes países é determinado pelos hábitos alimentares incorporados na cultura da população e sustentado pelos elevados níveis de renda e os recursos canalizados pelos programas governamentais. Trata-se de um padrão de consumo sofisticado que inclui na dieta alimentar, além de volumes significativos de leite fluido, uma variedade de produtos derivados do leite (queijos, cremes, iogurtes, etc.) e compostos alimentares que contam com o leite como um de seus ingredientes. A tendência observada nos últimos anos justamente aponta para uma leve redução no consumo total dos derivados menos nobres e mais baratos e o crescimento dos derivados mais sofisticados e mais caros, o que pode estar indicando para um nível de saturação da capacidade de consumo.

A produção leiteira tem sido historicamente muito importante para a economia destes países alcançando níveis elevados de sofisticação de sua estrutura produtiva, de seus mecanismos de comercialização e, especialmente, das políticas oficiais de apoio e proteção dos produtores. O volume de subsídios destinados a viabilizar a produção de leite nestes países é muito elevado e este aspecto tem sido objeto de fortes críticas e acirrados debates no âmbito da OMC.

B) No segundo conjunto estão os Países com níveis intermediários de produção e consumo, compreendendo grande parte da América Latina, como Argentina, Brasil, México, Uruguai e Chile e parte do Leste Europeu, como Rússia, Ucrânia e Polônia, dentre outros. Nestes países o consumo per capita situa-se em torno de 150 Kg/pessoa/ano (considerando todos os derivados em equivalente ao leite fluido) e a estrutura produtiva é bastante heterogênea, convivendo unidades que já incorporaram tecnologias de ponta e unidades de produção com métodos tradicionais.

São países que tem demonstrado um potencial de crescimento significativo da produção, para fazer frente ao crescimento de seu consumo interno e para atender a demanda

do mercado internacional. Na maior parte deles existe disponibilidade de fatores de produção e condições naturais favoráveis ao desenvolvimento da produção leiteira, além de avanços tecnológicos disponibilizados pela pesquisa e em rápida difusão entre os produtores.

C) O terceiro grupo é composto por países com baixos níveis de produção e consumo de leite, compreendendo a África, a Ásia e parte da América Latina. Nestes países o nível de consumo per capita é inferior a 100 Kg/pessoa/ano (considerando todos os derivados em equivalente ao leite fluido), muitas vezes inferior a 30 Kg/pessoa/ano (cerca de 10% do registrado nos países do primeiro grupo) e a estrutura produtiva é incipiente ou tradicional – conservadora como no caso da Índia.

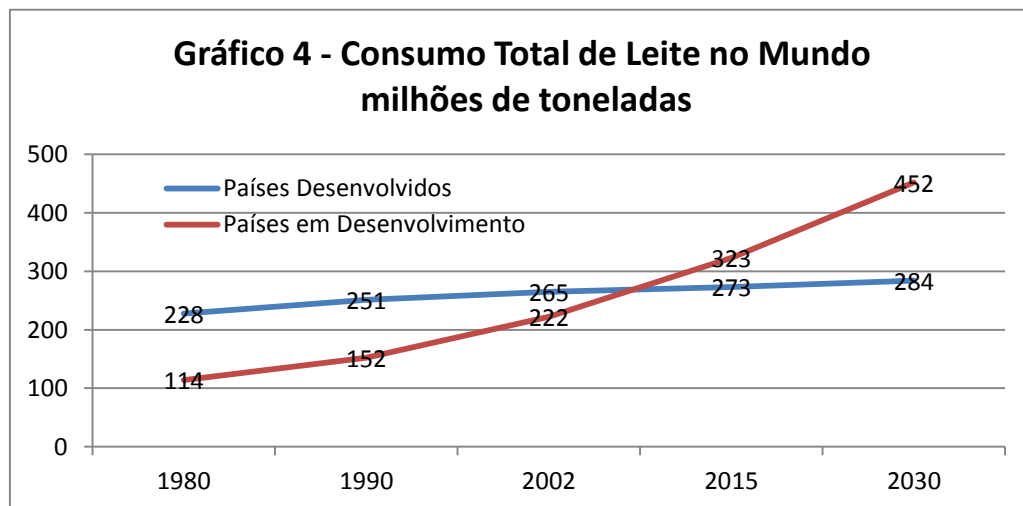
Nestes países está ocorrendo uma expansão muito significativa do volume consumido, impulsionada pelos processos de aumento de renda da população, de abertura econômica e de incorporação dos padrões de consumo do chamado primeiro mundo. O contingente populacional destes países representa mais de 70% da população mundial e um pequeno aumento no consumo per capita desta população significa volumes absolutos muito grandes.

Apesar da grande heterogeneidade de situações entre os países, existem dificuldades para expandir a produção leiteira local, no mesmo ritmo do crescimento do consumo, são diversas, relacionadas à falta de experiência na atividade ou às adversidades dos recursos naturais. Assim, estes países surgem como prováveis compradores de leite no mercado internacional em volumes crescentes.

Estudos da FAO apontam para uma lenta expansão do consumo nos países desenvolvidos e um crescimento acelerado do consumo nos países em desenvolvimento, caracterizando uma inversão radical do grau de importância no mercado entre os dois blocos.

Considerando tais circunstâncias a FAO, apresentou uma projeção da evolução do consumo de leite e seus derivados para o período de 1980 a 2030 conforme o gráfico 03. Aponta para uma lenta expansão do consumo nos países desenvolvidos e um crescimento acelerado do consumo nos países em desenvolvimento, caracterizando uma inversão radical do grau de importância no mercado entre os dois blocos.

Gráfico 03: Consumo Total de Leite no Mundo em Milhões de Toneladas.



Fonte: FAO

Frente a este cenário, o Brasil, integrante do grupo intermediário, está respondendo positivamente ao seu desafio histórico de ampliar a produção para atender as necessidades nutricionais de sua população especialmente nos períodos em que tais necessidades se constituem em crescimento da demanda pelo produto. Além disso, pretende participar do mercado internacional de leite não mais como importador e sim como exportador de diversos derivados, disputando fatias de um mercado em expansão.

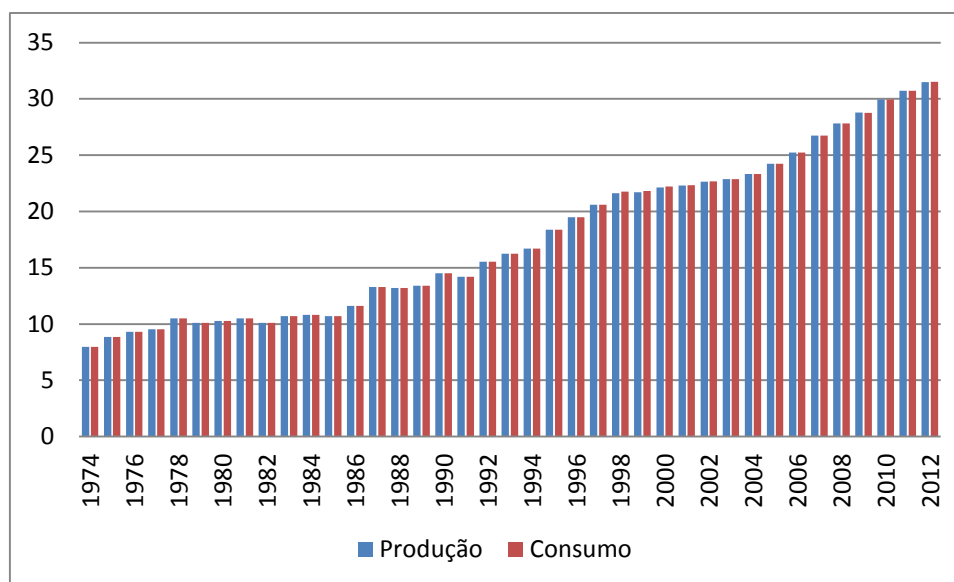
A produção brasileira de leite ainda tem muitos aspectos para melhorar. Alguns deles são a sanidade do rebanho, a qualidade do leite produzido, a produtividade animal e por área, a alimentação (principalmente do período de seca) e administração da produção. No Brasil, existe tecnologia disponível para que a produção seja comparável aos padrões internacionais.

O crescimento da produção leiteira no Brasil é notável, sendo superior a 300% no período de 1974 a 2012, demonstrando a capacidade do mercado brasileiro em suprir boa parte da demanda internacional pela bebida e seus derivados. No entanto houve um movimento semelhante no consumo interno, acarretando, em certos momentos, em movimentos importadores.

Conforme os dados disponibilizados pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), apresentados no gráfico 04 há dois momentos marcantes na evolução da produção brasileira, considerando o leite fluido, já que este representa mais de 70% do total. Sendo o primeiro evidenciado de 1987 a 1998, o qual elevou a produção em 62,63%, de seus 13,3 milhões de litros produzidos para os 20,6 milhões de litros. Já quanto ao seu consumo interno, há números um tanto quanto mais elevados, cerca de 63,65% de crescimento. Ocorrido um espaço de tempo em que a oferta e a demanda interna mantiveram-se estáveis,

seguiu-se um segundo período de elevação, anotado de 2004 até 2012, com alta de 35,05% na produção do período, e 35,12% no consumo.

Gráfico 04: Produção e Consumo de Leite Fluido no Brasil, em milhões de toneladas.



Fonte: USDA

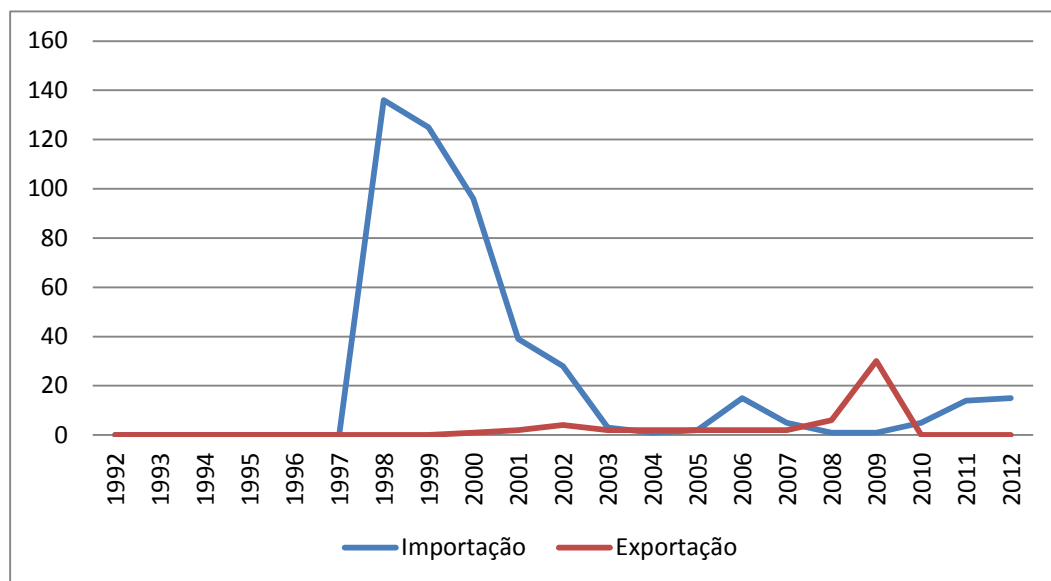
Verifica-se que a oferta interna acompanha o consumo em grande parte dos anos, sendo deficitária em alguns e recentemente superavitária em outros. Este movimento doméstico é concomitante com o desenho das importações, que em 1998 passam a se elevar substancialmente, conforme o gráfico 05 dando um salto para 136 milhões de toneladas importadas, contra uma irrisória quantia de exportações, cerca de 0,36 milhões, isto decorre do maior crescimento pelo lado da demanda.

Após o salto de 1998 nas importações elas passam a decair, até 2003, quando muda o cenário, comprovando todo o potencial produtor deste país, e também revelando um fraco movimento na queda produtiva nacional. Logo o Brasil passa de importador a exportador de produtos lácteos, apresentando uma oscilação de sua balança entre 2004 a 2007, quando, neste último ano, desponta no mercado internacional, chegando a exportar 29 milhões de toneladas de leite fluido.

No mesmo período também há uma razoável exportação de leite em pó integral, 42 milhões, que chega ao seu ápice em 2008, 83 milhões de toneladas. Bem como em 2007 temos um novo avanço em nossa demanda interna, que a produção sustenta apenas até 2010. Assim, voltamos a uma situação importadora, fechando o ano de 2011 com 15 milhões de

toneladas de leite fluido importado, fato semelhante ocorre com o leite em pó integral, 56 milhões de toneladas importadas, contra apenas 2 milhões exportados. De forma muito menos expressiva nota-se o mesmo movimento, em igual período, com os queijos e a manteiga, superavitários apenas em 2007 e 2008.

Gráfico 05: Importações e Exportações Brasileiras de Leite Fluido, em toneladas.



Fonte: USDA

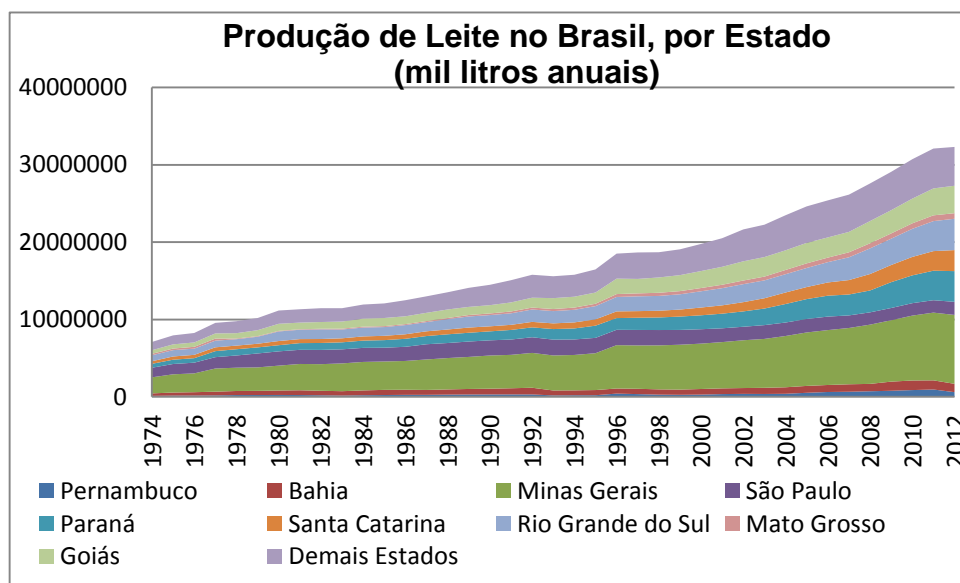
Posto assim, podemos verificar que a demanda interna tem crescido sistematicamente e as mudanças na distribuição de renda que ocorreram após a consolidação do Plano Real, assim como os diversos programas sociais (fome zero, bolsa família, merenda escolar, etc.) podem contribuir para ampliar o consumo de produtos lácteos no país. O volume de vendas de leite fluido, especialmente de leite longa vida, cresceu bastante nos últimos 15 anos, e a mesma tendência pode ser verificada em outros derivados do leite.

Portanto, promover o atendimento ao crescente consumo doméstico de leite e ocupar faixas crescentes do mercado mundial é um desafio gigantesco para a pecuária leiteira no Brasil e constitui boas perspectivas de mercado para sustentar a remuneração ao produtor e possibilitar maiores investimentos em toda a cadeia produtiva do leite.

Conforme as análises realizadas no gráfico 06 o grande produtor de leite brasileiro é o Estado de Minas Gerais com 27,57% do total, seguido pelo Rio Grande do Sul (12,54%), Paraná (12,28%), Goiás (10,98%), Santa Catarina (8,41%), São Paulo (5,23%), sendo o restante distribuído entre os demais estados. Fato relevante é o avanço de toda a região sul,

com importante ganho de produção ao longo dos anos, no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, contrariamente aos estados de Minas Gerais e principalmente de São Paulo, com bruscas reduções em suas produções.

Gráfico 06: Produção de Leite no Brasil por Estado, em mil litros anuais.



Fonte: IBGE

Com a comprovação deste movimento que leva a produção de leite aos estados do sul do país, mais especificamente a região oeste destes, os investimentos por parte das indústrias de laticínios, bem como incentivos governamentais são cada vez mais clarividentes nestas regiões. Trazendo consigo uma maior modernização da atividade, através de inseminação artificial, ordenha mecânica, assim como pastagens artificiais, fornecendo então toda a estrutura e condições necessárias para o desenvolvimento da produção.

Neste contexto, o Estado do Rio Grande do Sul ganha cada vez maior notoriedade como produtor, visto que desfruta de um grande número de indústrias da área instaladas em seu território. A jusante a vocação para a atividade leiteira presente na cultura do seu povo, uma vez que o gado leiteiro está presente no noroeste do Rio Grande do Sul desde os seus processos de povoamento, sendo que com a chegada dos imigrantes, o leite passa a fazer parte da alimentação local de forma mais abrangente (leite e seus derivados), configurando uma produção apenas de subsistência. A criação do gado leiteiro ainda é favorecida pela pequena extensão das propriedades, característica dos produtores de leite desta, o que impossibilita o ganho de escala na atividade de monocultura, além de gerar uma renda mensal que será

empregada na subsistência das famílias, contrariamente a evasão de renda que a monocultura tem provocado na região.

Ao passo que os centros urbanos desenvolveram-se, a produção de leite pôde expandir-se em função da demanda gerada por estas, porém foi somente em 1936, com a Fundação da Associação dos Criadores de Gado Holandês do Rio Grande do Sul, seguida pela construção do chamado “Entrepasto do Leite”, pelo governo estadual, em 1937, que a produção de leite deixou de ser praticada apenas como forma de subsistência.

Sabendo que o Estado do Rio Grande do Sul é responsável por cerca de 12% da produção nacional, e que em torno de 7,2% é originária da Região Noroeste Rio-Grandense, juntamente com as grandes indústrias que tem buscado instalar-se na região, e ainda a já larga experiência da população na atividade leiteira, há um grande potencial para elevar-se a oferta de produtos lácteos por parte desta região. Se aliados com a queda produtiva dos estados localizados no sudeste brasileiro e a crescente demanda interna, bem como a elevação da demanda internacional, avalia-se que a capacidade de expansão da atividade no noroeste do Rio Grande do Sul depende apenas das suas condições de responder tanto a demanda interna quanto externa.

3. Possibilidades de acesso da Região ao mercado do leite

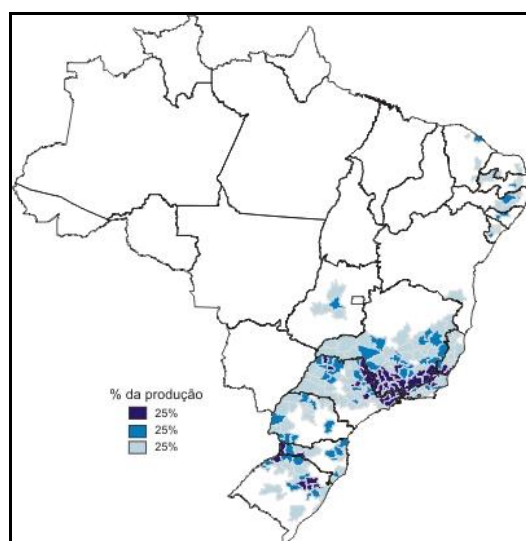
No quadro geral a produção de leite apresenta boas perspectivas para a expansão da produção leiteira. Assim as características da cadeia produtiva existentes na Região Noroeste do Rio-Grandense apontam para a existência de boas possibilidades de sucesso. A região nunca representou uma participação relevante no mercado mundial, mas no contexto brasileiro destaca-se como a principal região produtora do Rio Grande do Sul e com crescente contribuição na produção nacional.

Estudos realizados pela Embrapa Gado de Leite mostram que a produção de leite é encontrada em todo o território nacional, existindo informação estatística sobre o volume produzido em 554 das 558 microrregiões homogêneas pesquisadas pelo IBGE em seus levantamentos. Entretanto, não existe um padrão de produção nacional, mas uma grande diversidade de sistemas de produção, níveis de produtividade e dinâmicas de expansão mesmo no interior das unidades da federação.

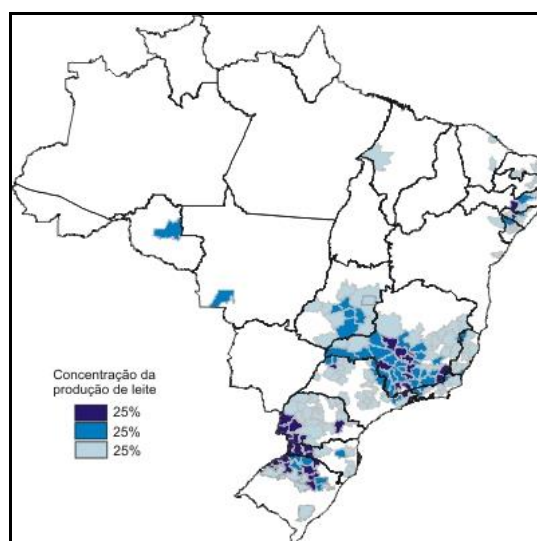
A distribuição espacial da produção de leite no Brasil foi fortemente condicionada pelo processo de urbanização e colonização do território nacional. Em 1975 foram produzidos cerca de oito bilhões de litros conforme demonstra a Figura 1 onde estão destacadas as

microrregiões que concentravam 75% da produção nacional de leite. Agrupadas de acordo com a densidade de produção, em litros por área territorial, cada grupo de microrregiões representa 25% do volume total produzido. As regiões mais importantes na atividade leiteira correspondem às áreas mais urbanizadas do País, como é o caso de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, alguns pontos da Região Sul, do Centro-Oeste e do Nordeste em microrregiões do Agreste. O crescimento da produção leiteira nas últimas décadas atingiu uma taxa média de 4% ao ano, de maneira que, em 2007 a produção alcançou 26,7 bilhões de litros. As microrregiões com maior concentração da produção nacional estão destacadas na Figura 2, classificadas de acordo com os índices de produção de leite por área. (ZOCCAL, 2008.)

Figura 1 e 2: Microrregiões classificadas por densidade de produção de leite



Fonte: R. Zoccal Embrapa Gado de Leite 1975.



Fonte: R. Zoccal Embrapa Gado de Leite 2007

A comparação entre os dois mapas permite observar movimentos de desconcentração da produção, através de expansão e intensificação da atividade leiteira no oeste dos Estados da Região Sul, o aumento da produção no triângulo mineiro e centro-sul de Goiás, bem como o surgimento de regiões produtivas em áreas não tradicionais, como é o caso de Rondônia. É sintomática a diminuição da produção em todo o Estado de São Paulo.

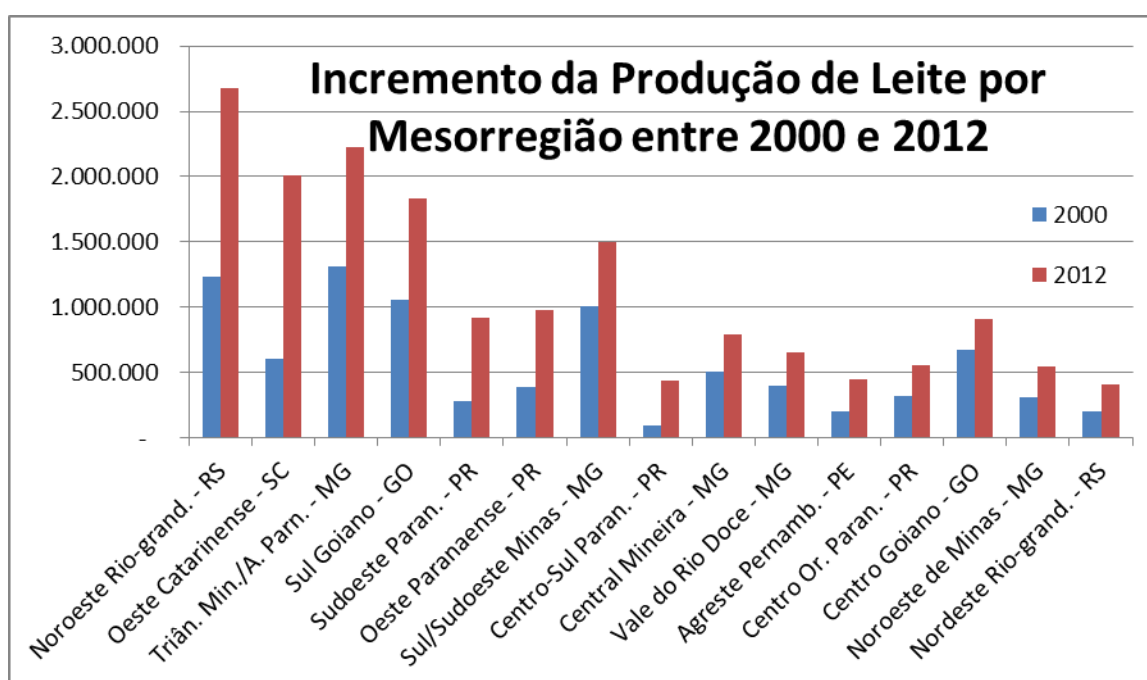
Quando são utilizados os dados da Produção Pecuária Municipal do IBGE mais atualizados percebe-se a continuidade deste processo de deslocamento da produção. Os

maiores incrementos do volume de leite produzido ocorreram nas regiões que já possuíam boa densidade de produção e que a incrementaram ainda mais. É possível estimar, com base na evolução recente, que em 2015 a Região Sul irá superar o volume de produção da Região Sudeste e assumir o primeiro lugar no ranking nacional.

Na Região Sul existe um forte atrativo dado pela possibilidade de aumento de renda por área, quando comparada com a cultura de grãos. Tem ocorrido expansão das áreas de pastagens perenes com melhoria no manejo e adubação, aumento de conservação de forragens, especialmente em silagem de forrageiras de inverno como a aveia branca, cevada e trigo. A instalação de novas indústrias na região também colaborou para o aumento da produção de leite.

A pecuária leiteira no Rio Grande do Sul, contínua sendo uma atividade predominantemente de pequenos produtores. Dados do Censo Agropecuário de 2006 demonstram que existiam no Estado 204 mil estabelecimentos produtores de leite, que juntos produziram 2,7 bilhões de litros no ano, numa média de 13,5 mil litros/ano ou 36,87 litros diários por estabelecimento. Comparados aos dados do Censo de 1996, quando havia 285 mil estabelecimentos produtores e uma produção de 1,88 bilhões de litros no ano, fica evidente o processo de concentração e profissionalização da produção em curso na atividade.

Gráfico 07: Incremento da Produção de Leite por Mesorregião entre os anos de 2000 a 2012



Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal

Tomando os dados do IBGE por mesorregião, ordenadas por ordem do volume de incremento na produção entre 2000 e 2012, conforme gráfico 07 percebe-se que Região Noroeste Rio-grandense foi a que teve o maior incremento, contribuindo com 11% do crescimento total. Respondendo por mais de dois terços da produção gaúcha e 8,3% da produção nacional, tornou-se a maior produtora do país. As condições favoráveis de clima, solo, topografia e estrutura fundiária configuram um quadro positivo, semelhante ao das principais regiões produtoras do país e os investimentos em pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias de produção, beneficiamento e comercialização podem influenciar a atividade com menores custos de produção e de transferência da produção para os mercados consumidores.

Apesar de existir grande diversidade quanto a estrutura produtiva e heterogeneidade entre os sujeitos econômicos envolvidos em termos de tecnologia, produtividade, qualidade, custos, escala de produção, capacidade de gestão, presente em todos os elos da cadeia produtiva, é possível apontar algumas características presentes na região.

É predominante entre os produtores o sistema de produção intensivo a pasto, que já se constitui num patamar tecnológico compatível com as exigências do mercado internacional. Com rebanhos de melhor qualidade, cuidados sanitários e assistência veterinária permanente apresentam menor risco de disseminação de enfermidades. As instalações geralmente são simples, mas com qualificação das salas de ordenha e equipados com resfriadores de leite. A coleta é praticamente toda granelizada e as unidades de processamento são próximas aos locais de produção.

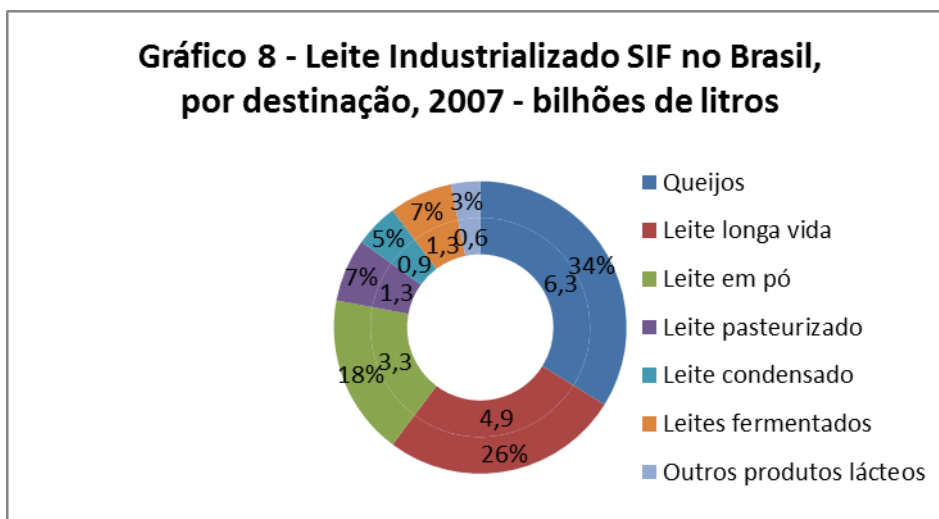
Pesquisa realizada pela Cooperativa Central Gaúcha Ltda (CCGL) e Fundação Centro de Experimentação e Pesquisa Fecotriço (FUNDACEP), no município de Cruz Alta, desenvolveu um sistema de produção modelo para ser recomendado aos produtores associados às cooperativas filiadas da região. O modelo propõe a permanência das vacas o tempo todo no pasto e a utilização suplementar de alimentos concentrados (rações) para elevar a produtividade. Com esta sistemática de manejo e alimentação foi possível alcançar uma produtividade média de 32 litros/vaca/dia e de 16 mil litros/hectare/ano, o que representa o uma elevação significativa das médias existentes. Além de dimensionar o potencial de rendimento econômico da atividade nas condições tecnológicas e de disponibilidade de recursos naturais da região, a pesquisa aponta claramente o sentido em que deverá ocorrer a expansão da atividade.

Outras empresas e organizações também tem contribuído na realização de pesquisas e recomendações de assistência técnica induzindo os produtores de matéria-prima a realizar investimentos visando o aumento de produtividade e da escala de produção em face das exigências da indústria. Tal processo implica no aumento da concentração da captação do leite, em que um número decrescente de produtores responde pelo fornecimento de um volume crescente de leite para as empresas processadoras.

Apesar dos significativos avanços que ocorreram nas últimas duas décadas no sentido de uma maior aproximação entre os produtores rurais e as empresas agroindustriais, o setor leiteiro ainda está distante do grau de articulação e integração existente em atividades como a avicultura, a suinocultura, dentre outras. Os compromissos estabelecidos entre os produtores e as agroindústrias que recebem a produção de leite raramente ultrapassam aos aspectos relacionados à organização da coleta (volume, forma, frequência, etc.) e aos preços. São poucas as empresas que se envolvem com assistência técnica ou veterinária, fornecimento de equipamentos, instalações ou insumos, qualificação genética dos rebanhos ou outros aspectos normalmente assumidos integralmente pelas empresas integradoras de aves, suínos ou fumo, por exemplo.

Em tais circunstâncias o peso relativo dos produtores não profissionalizados no mercado de leite ainda é importante. Embora produzam baixos volumes individuais seu elevado número possibilita alcançar cifras elevadas de volume total. São características que dificultam a organização da categoria e diminuem a capacidade de exercer pressão por melhores condições de preços ou de acesso a novas tecnologias, dentre outras necessidades. A ação das empresas receptoras de leite tem sido no sentido de forçar um processo de seleção dos produtores através da imposição de padrões sanitários mais exigentes e da premiação com preços mais elevados de acordo com a maior escala de produção.

Gráfico 08: Leite Industrializado e Sifado no Brasil, por Destinação em 2007



Fonte: Leite Brasil (2009)

Outro aspecto de fundamental importância sobre a articulação da cadeia produtiva do leite e seus derivados é justamente a destinação que é dada pela indústria à matéria prima recebida. Segundo os dados de Leite Brasil (2009), demonstrados no gráfico 08 considerando os estabelecimentos sob inspeção federal, a maior parte do leite industrializado no Brasil em 2007 foi destinado a produção de queijos (34%), leite longa vida (26%) e leite em pó (18%). Somente 1,3 bilhões de litros (7%) são destinados ao consumo na forma de leite pasteurizado.

Com esta configuração de destino dos derivados de leite torna-se cada vez mais interessante a localização das plantas industriais junto aos locais de produção ao invés de uma localização junto aos centros consumidores. Enquanto a maior parcela do produto era consumida na forma de leite pasteurizado, exigindo uma logística de distribuição diária e em pequenas quantidades em todos os pontos de venda dos centros dos consumidores, os custos de distribuição final exigiam uma proximidade maior. Na medida em que o consumo de leite fluido passou a ser predominantemente de leite longa vida e um volume maior de leite destinado aos derivados mais elaborados e menos perecíveis (queijo e leite em pó), os custos da distribuição ao consumo final caíram significativamente e colocaram em destaque os custos de captação da matéria prima.

Os aspectos ambientais, os incentivos fiscais oferecidos pelas regiões produtoras e a abertura do mercado internacional como horizonte para a colocação dos produtos lácteos contribuíram para estimular as empresas do setor a instalar novas plantas industriais de grande capacidade de processamento em regiões com potencial de expansão da produção leiteira.

4. Potencial de impacto da atividade no desenvolvimento regional

Inicialmente, é preciso considerar que a pecuária leiteira é uma atividade bem conhecida e bastante disseminada na região Noroeste Rio-grandense. Trata-se da expansão de uma atividade tradicional através de investimentos na qualificação do processo produtivo, na intensificação do uso dos recursos disponíveis, na modernização tecnológica, na qualificação da força de trabalho e na gestão, bem como na profissionalização dos agentes que compõem a cadeia produtiva. Em muitos estabelecimentos agropecuários a atividade está deixando de ser uma componente periférica para assumir o papel central de sua estratégia de reprodução.

As perspectivas de mercado analisadas anteriormente apontam claramente para a expansão estrutural da demanda por proteínas animais, em especial do leite e seus derivados no mundo nas próximas décadas. Também apontam para os limites de ampliação da oferta existentes em outros países e o grande potencial que o Brasil possui para ocupar um espaço importante neste mercado.

As condições de produção existentes na região também apontam para a possibilidade de obter fatias do mercado nacional e internacional e beneficiar-se da expansão da demanda. Os investimentos que estão sendo realizados por grandes empresas do setor indicam que a produção regional tende a continuar crescendo em ritmo acelerado.

Para identificar a capacidade de produzir impactos no desenvolvimento regional é importante partir das características da atividade e considerar um cenário de expansão da produção em ritmo acelerado conforme apontam as tendências de mercado.

A atividade leiteira possibilita a geração de um volume de renda maior e mais intensivo do que as atividades de produção de grãos em lavouras extensivas predominantes na região. Um cálculo rápido, considerando os patamares de produtividade média registrados pela PPM/IBGE 2012 para a região, em 2.992 litros/vaca/ano (Valor Bruto de R\$ 2.311/vaca/ano) e uma lotação média de 2 vacas por hectare (R\$ 4.622,00/ha/ano). As projeções de incremento da produtividade permitem estabelecer como potencial econômico, relativamente acessível, a obtenção de 7.500 litros/vaca/ano e cerca de 15.000 litros/ha/ano (aos preços de 2012 alcançaria um Valor Bruto de R\$ 11.600/ha/ano). Esses níveis, embora muito superiores a média regional, já são alcançados por diversos produtores da região e se constituem em referência concreta de rentabilidade da atividade.

Uma parcela valor bruto da produção é destinada a reposição do capital fixo utilizado, cobrir os custos de depreciação, constitui uma demanda efetiva por máquinas, equipamentos e instalações para a recomposição da estrutura produtiva da atividade. Outra parcela é destinada a cobrir os custos com capital circulante consumido pela atividade. São valores que constituem uma demanda efetiva por insumos necessários a produção de leite como sementes

e fertilizantes para produção de pastagens, rações e outros alimentos para o rebanho, medicamentos e produtos veterinários, energia e combustíveis para os processos produtivos e de transporte, materiais de limpeza e outros materiais necessários. Considerando a participação das empresas localizadas na região ou no Rio Grande do Sul no atendimento desta demanda, a pecuária leiteira poderá representar um impacto no valor adicionado para os agentes fornecedores. Durante o período de expansão da atividade, de sua qualificação e modernização tecnológica esta demanda está ampliada pelo efeito dos recursos destinados aos novos investimentos em capital fixo.

A terceira parcela do valor bruto da produção é destinada ao pagamento do capital variável. São valores que remuneram o trabalho dos agricultores familiares, pagam os salários dos trabalhadores contratados para a produção e remuneram os profissionais prestadores de serviços (assistência técnica e outros) e constitui a renda que viabiliza a compra das mercadorias necessárias a reprodução destes agentes. Considerando que este valor é pago aos trabalhadores que vivem na região, todo o valor constitui-se em valor adicionado à renda e constitui uma demanda efetiva para a economia regional e estadual.

A última parcela constitui o excedente econômico gerado na atividade. Estes valores destinam-se ao pagamento de juros sobre o capital utilizado, impostos incidentes sobre a cadeia produtiva, renda da terra utilizada e lucro dos agentes econômicos que investiram seu capital na atividade. Embora os juros e impostos sejam auferidos por agentes externos à região ou Estado é possível considerar que uma parcela destes valores retorna indiretamente para a economia estadual/regional gerando efeitos positivos na demanda local. Já a renda da terra e uma parcela importante do lucro auferido na cadeia constituem a remuneração dos produtores rurais cuja movimentação financeira replica nas demais atividades econômicas da região. Também estes valores constituem, integralmente, valor adicionado e geração de renda para a região produtora.

A cadeia produtiva da pecuária leiteira não está limitada a produção agropecuária, mas se estende por outros elos importantes. A indústria de laticínios, ao processar a matéria prima e transformá-la em derivados mais adequados ao consumo, amplia o alcance da atividade incorporando novo Consumo Intermediário e agregando novo Valor Adicionado.

O Consumo Intermediário do setor industrial, além do leite utilizado como matéria-prima, é composto basicamente por outros Alimentos Beneficiados, Energia e Combustíveis, Embalagens, Máquinas e Equipamentos e Serviços de Comercialização. Considerando a participação destes setores no fornecimento dos insumos consumidos o impacto no valor adicionado pelos setores fornecedores decorre existência e da expansão da cadeia do leite.

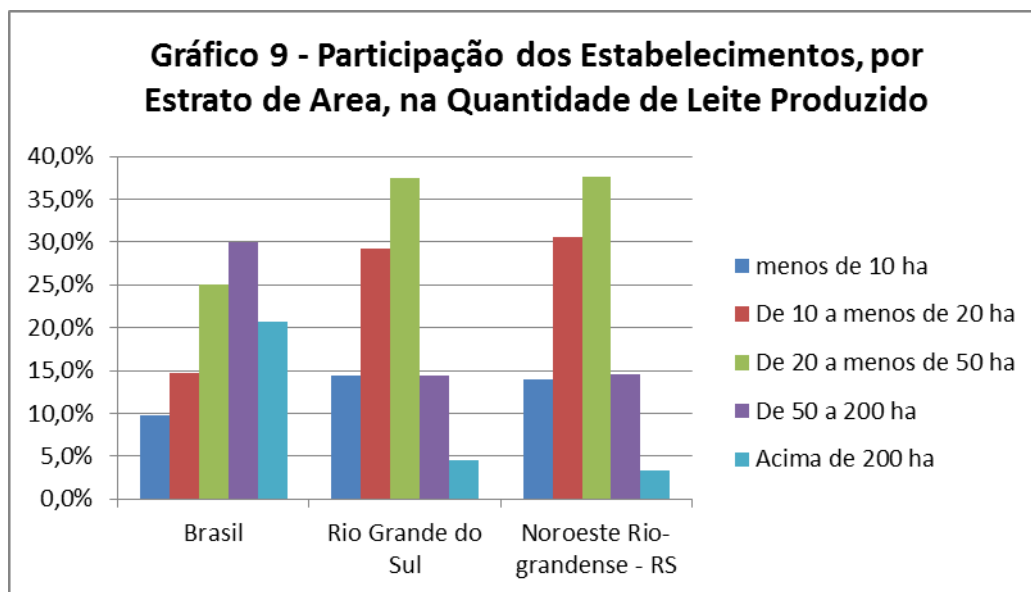
Por fim, o valor adicionado ao leite pela Indústria de Laticínios na forma de Remuneração do Trabalho, Impostos Líquidos, Rendimento Misto Bruto e de Excedente Operacional Bruto. Estes valores também podem ser considerados como adicionados pela cadeia produtiva para a economia regional estadual.

Dessa forma, é possível concluir o raciocínio identificando como impacto da produção leiteira o índice de multiplicação do valor adicionado gerado na economia regional a partir de cada R\$ 1,00 de Valor Bruto da Produção de Leite e o acréscimo de índice pela existência dos demais elos da cadeia produtiva dos laticínios na região. Ao todo, portanto, para cada unidade de VBP de leite produzido na região, a cadeia produtiva do leite é capaz de gerar um impacto de multiplicação no Valor Adicionado da economia regional, como efeitos diretos, indiretos e induzidos.

Além disso, a renda é gerada ao longo do ano inteiro, sem grandes oscilações sazonais e a participação dos produtores rurais com menor disponibilidade de terras é mais fácil do que nas atividades extensivas.

Segundo os dados do Censo Agropecuário 2006 do IBGE, na Região Noroeste do Rio-grandense existiam 103 mil estabelecimentos produtores de leite, com um rebanho de 586 mil vacas ordenhadas e que produziram 1,55 bilhões de litros de leite em 2006. Comparados com os dados do Censo Agropecuário de 1996 constata-se que houve uma redução de 24% no número de produtores, um aumento de 31% no total de vacas ordenhadas e um crescimento de 60% no volume de leite produzido. Fica evidente a tendência de aumento da escala de produção por estabelecimento e da produtividade por vaca ordenhada. Ainda maior é o crescimento do valor da produção na região, que aumentou de R\$ 219 milhões em 1997 para R\$ 988 milhões em 2007 (350% em 10 anos), já que houve uma significativa elevação nos preços pagos aos produtores no período.

Gráfico 09: Participação dos Estabelecimentos, Por Estrato de Área, na Quantidade de Leite Produzido



Fonte: FIBGE - Censo Agropecuário de 2006.

Considerando que, de acordo com o mesmo censo, existem 186 mil estabelecimentos agropecuários na região as transformações da pecuária leiteira estão provocando alterações em mais da metade dos produtores rurais da região. É uma parcela significativa de sujeitos econômicos que movimentam suas estruturas produtivas em função das perspectivas do leite. Conforme o gráfico 09 o número médio de vacas por estabelecimento evoluiu de 3,8 para 6,5 e o volume médio de leite produzido por estabelecimento aumentou de 7.570 litros/ano para 15.770 mil litros/ano na década considerada. Apesar desta evolução significativa é preciso atentar para os patamares muito baixos que estes dados caracterizam.

Os dados de produtividade do rebanho (média regional de 2.992 litros/vaca/ano) situam a pecuária leiteira existente na região num patamar tecnológico superior a média nacional e representam indicadores compatíveis com o segmento de maior expansão de mercado. O grande desafio colocado para a atividade é o aumento da escala de produção por estabelecimento, agregando investimentos em ampliação do rebanho, das instalações de ordenha e resfriamento do leite e na produção de pastagens de boa qualidade.

Considerando os investimentos que estão sendo realizados na região pelas diversas empresas de laticínios (Nestlé, Perdigão, CCGL, Parmalat e outras) projetando um aumento na demanda por matéria prima na casa dos 5 milhões de litros diários é possível elaborar um cenário de expansão acelerada da produção leiteira nos próximos anos. O aumento no volume produzido, incrementado por uma melhor remuneração aos produtores devido ao aumento de escala e qualidade do leite, redundariam num aumento significativo do Valor Bruto da Produção de Leite, com impactos significativos no desenvolvimento da região.

5. Considerações Finais

Nas discussões realizadas pode se considerar que a pecuária leiteira é uma atividade bem conhecida e bastante disseminada na região noroeste. Não se trata de iniciar uma atividade nova, sobre a qual pouco se conhece e muito precisa ser buscado de fora. Ao contrário, é uma atividade tradicional da região cujo potencial de expansão, que era contido por diversas razões, se explicita com muita clareza.

As diversas transformações políticas, econômicas e tecnológicas que estão ocorrendo na atividade, apontam a possibilidade concreta de acessar a fatias importantes do mercado nacional e internacional de laticínios e representam uma base concreta deste potencial. Tendo como influentes participantes os pequenos produtores da região, que de sua ótica buscam apenas uma renda mensal.

Sendo a pecuária leiteira uma atividade amplamente conhecida na região do Noroeste Rio-Grandense - que até então estava retraída - neste momento da história possui todos os recursos necessários para expandir-se. Além do conhecimento na área, há os investimentos públicos e privados e a crescente demanda por leite e seus derivados, que favorecem o desenvolvimento da cadeia. Portanto, programas de políticas públicas no sentido de fomentar e organizar a expansão da pecuária leiteira na região noroeste do Rio Grande do Sul podem ser de grande importância para impulsionar o desenvolvimento regional.

O que gera uma capacidade de expansão da atividade objeto de estudo estupefante, uma vez que o leite e seus derivados estão sendo introduzidos na alimentação das mais diversas populações mundiais, as quais não produzem o correspondente a sua demanda, necessitando importar. Abre-se então um mercado internacional bastante expressivo, que poderá favorecer a região estudada, sabendo que nesta é produzido 60% do leite do Rio Grande do Sul, quarto maior produtor de leite do país, com 10% do total (IBGE, 2006).

As condições de produção existentes na região indicam claramente para a possibilidade de ocupar os espaços de mercado que se abrem para a produção de leite. Os investimentos que estão sendo realizados indicam que existem movimentos neste sentido. Os efeitos multiplicativos que a atividade apresenta podem ser de fundamental importância para movimentar outros setores da economia regional e expandir a cadeia produtiva do leite.

A produção de leite, da forma que ainda ocorre na região objeto de estudo, bastante primitivo se comparado a países como Nova Zelândia, necessita de uma maior mecanização para que seja possível produzir na escala em que a demanda mundial vem crescendo. Não se esquecendo de que o brasileiro consome em média 130 litros, quando o ideal, segundo a

Organização Mundial da Saúde (OMS) seria 175 litros, abrindo assim um mercado interno que acompanhará o crescimento da renda do cidadão deste país, sabendo que o Brasil não é autossuficiente na produção de leite e seus derivados. Conhecendo esta necessidade, e a inclusão da Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul entre as principais regiões produtoras de leite do Brasil, é possível inferir que um imenso e próspero mercado está em pleno desenvolvimento, tendo como influentes participantes os pequenos produtores da região, que de sua ótica buscam apenas uma ampliação da renda.

6. Referências Bibliográficas

Associação Brasileira dos Produtores de Leite – Leite Brasil. Disponível em: <<http://www.leitebrasil.org.br/estatisticas.htm>> Acesso em março 2009.

ASSIS, A. G. & Outros. **Sistemas de produção de leite no Brasil**. Juiz de Fora (MG): Embrapa Gado de Leite. Circular Técnica 85. Dezembro, 2005.

BARROS, G. S. C; et alli; Sistema Agroindustrial do Leite no Brasil. 2001. EMBRAPA Informação Tecnológica. p.42-43

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Projeções do agronegócio mundial e Brasil 2006/07 a 2017/18.**/ Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Assessoria de Gestão Estratégica. – Brasília : MAPA/AGE, 2008. 58 p.

BRDE. **Produção de leite e derivados no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: BRDE. 1988. 18p.

CEDIC. **Perfil do leite**. Porto Alegre: CEDIC. 1974. p.14.

CCGL. **Relatório de atividades 1988/89**. Porto Alegre: CCGL.1989. 83p.

CONAB. **Preços agropecuários e custos de produção**. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br> >. Acesso em: 18 abr. 2006.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL. **Conjuntura pecuária**. Disponível em: < <http://www.cna.org.br> >. Acesso em: 19 abr. 2006.

FAO. **Faostat**. Disponível em: < <http://www.fao.org> >. Acesso em: 18 jan. 2006.

FAO – Food Agriculture Organization. Statistical data please, Disponível em: < <http://faostat.fao.org/default.jsp>> Acesso em jan. 2009

IBGE. **Pesquisa Pecuária Municipal**. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br> >. Acesso em 24 abr. 2006.

IBGE - Banco de Dados Agregados. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em março 2009.

IPEA- Instituto de Pesquisa Economia Aplicada. Disponível: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em fevereiro 2009.

NORTH, D. C. *Location theory and regional economic growth*. Journal of Political Economy, Chicago, III., US: University of Chicago Press, n. 43, p. 291, jun 1955. (versão em português em SCHWARTZMAN, 1977).

NORTH, D. C. *Agriculture in regional economic growth*. Journal of Farm Economics, Lancaster, Pa., US: American Farm Economic Association, v.4, n.5, p. 333, dec 1959. (versão em português em SCHWARTZMAN, 1977).

PAIVA, C. A. *Como identificar e mobilizar o potencial de desenvolvimento endógeno de uma região?* Porto Alegre: FEE, 2004. 140 p.: tab. (Documentos FEE; n. 59).

ROTTA, Edemar. *A construção do desenvolvimento: análise de um modelo de integração entre o regional e o global*. Ijuí: Ed. UNIJUI, 1999. 188p.

SCHWARTZMAN, J. (Org.). *Economia regional: textos escolhidos*. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977.

SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DA ALIMENTAÇÃO ANIMAL. **Estatísticas**. Disponível em: < <http://www.sindirações.org.br> >. Acesso em: 10 abr. 2006.

USDA. **Foreign Agricultural Service**. Disponível em: < <http://www.fas.usda.gov>>. Acesso em 28 abr. 2006.